

À SOMBRA DA LETRA: MADAME DUPIN, ROUSSEAU E A INVISIBILIDADE DAS VOZES FEMININAS NO SÉCULO XVIII¹

IN THE SHADOW OF THE LETTER: MADAME DUPIN, ROUSSEAU, AND THE INVISIBILITY OF WOMEN'S VOICES IN THE 18TH CENTURY

BARBARA RODRIGUES BARBOSA

Pós-doutoranda em Cultura e Sociedade, UFMA (bolsista FAPEMA)

brodriguesbarbosa@gmail.com

RESUMO

Este artigo examina a obra inacabada de Louise-Marie-Madeleine Dupin (1706-1799), conhecida como *Ouvrage sur les femmes*, e as condições de sua invisibilidade na história da filosofia. Por meio da análise do inventário elaborado por Anicet Sénéchal (1963), da atuação de Jean-Jacques Rousseau como seu secretário, e da fortuna crítica contemporânea (Marty, 2021; Hunter, 2009; Lastičová, 2023), argumenta-se que a recepção dos manuscritos foi marcada por um viés de gênero que privilegiou a letra masculina como critério de autoridade. A metáfora da construção da desigualdade, presente nos escritos de Dupin, e sua crítica a Montesquieu, revelam uma filosofia que antecipa debates centrais da modernidade política, ao mesmo tempo em que foi silenciada pelo cânones. Conclui-se que reencontrar Dupin é interrogar não apenas sua filosofia, mas os próprios mecanismos históricos de exclusão na constituição da filosofia moderna.

Palavras-chave: Louise Dupin, Rousseau. Iluminismo. Gênero. Desigualdade.

ABSTRACT

This article examines the unfinished work of Louise-Marie-Madeleine Dupin (1706-1799), known as the *Ouvrage sur les femmes* (Work on Women), and the conditions of its invisibility in the history of philosophy. Through the analysis of the inventory prepared by Anicet Sénéchal (1963), the role of Jean-Jacques Rousseau as her secretary, and contemporary critical reception (Marty, 2021; Hunter, 2009; Lastičová, 2023), it is argued that the reception of the manuscripts was marked by a gender bias that privileged the masculine letter as the criterion for authority. The metaphor of the construction of inequality, present in Dupin's writings, and her critique of Montesquieu, reveal a philosophy that anticipates central debates of political modernity while simultaneously being silenced by the canon. It is concluded that rediscovering Dupin is to interrogate not only her philosophy but the very historical mechanisms of exclusion in the constitution of modern philosophy.

Keywords: Louise Dupin. Rousseau. Enlightenment. Gender. Inequality.

¹ Recebido em 02/09/2025. Aprovado em 22/10/2025.



1. INTRODUÇÃO: NAS SOMBRAIS DA LETRA

Anicet Sénéchal foi o responsável por reunir e classificar, em 1958, os manuscritos deixados por Louise-Marie-Madeleine Dupin. Seu inventário, publicado em 1963, tornou-se a principal referência para o que se conhece hoje como os *Papiers Madame Dupin* e molda o primeiro acesso que temos, enquanto pesquisadores, à obra da autora (Sénéchal, 1963, p. 177-178). Esse encontro, no entanto, já nasce filtrado por um critério enviesado: entre os inúmeros manuscritos, ganham primazia aqueles que trazem a escrita de Jean-Jacques Rousseau, então secretário da filósofa. “Certamente, nos apegamos primordialmente às páginas em que a caligrafia de Rousseau se manifestava” (Sénéchal, 1963, p. 178).

A frase, embora aparentemente neutra, traduz uma operação ao mesmo tempo editorial e epistêmica: a letra de Rousseau legitima o arquivo, enquanto os fragmentos não marcados por sua mão — e, portanto, fora da caligrafia masculina — são relegados a um segundo plano. É a autoridade do filósofo que confere densidade filosófica ao texto, enquanto o que se escreve à margem, seja na página ou no cânone, é considerado secundário, derivado ou até dispensável. É precisamente sobre esse apego à letra masculina ou, ainda, sobre o que pode haver nas sombras dessa letra, que se levantam as hipóteses discutidas neste artigo.

No inventário, Sénéchal organiza o acervo em três grandes grupos: (I) trechos de leituras realizados por Rousseau — excertos, resumos, comentários; (II) os três projetos de Dupin — textos sobre a amizade, a crítica ao *Esprit des lois* de Montesquieu e os escritos sobre as mulheres; e, por fim, (III) um conjunto de manuscritos classificados como fragmentos sem valor, sem caligrafia de Rousseau, identificados como *hors inventaire* (Sénéchal, 1963, p. 180-182). Essa classificação opera, desde o início, uma dupla exclusão: por um lado, centra-se na letra masculina como critério de validação; por outro, transforma os textos mais extensos de Dupin — especialmente os 47 fragmentos sobre mulheres — em uma coleção de “artigos”, termo atribuído à autora sem qualquer justificativa documental, já que a própria Louise jamais se referiu a seus fragmentos dessa forma (Marty, 2022, p. 69).

O que poderia parecer uma escolha técnica tem consequências filosóficas importantes. Ao fixar a forma textual como artigo e ao priorizar a mão de Rousseau, o inventário transforma uma obra em elaboração, complexa, fluida, contraditória e crítica, em um dossiê fragmentado, pouco mais que um conjunto de notas marginalizadas (Hunter, 2009, p. 8). A letra, nesse caso, não é apenas forma material do texto: é critério de pertencimento, filtro que define o que se conserva, o que se publica, o que se esquece. Se seguimos apenas essa lógica, permanecemos presos ao que pode ser chamado de “sombra da letra”: a ideia de que a

filosofia está sempre onde está o nome consagrado e de que as vozes femininas só podem ser ouvidas quando amparadas pela pena de um homem.

Esse problema remete a um contexto historiográfico mais amplo. Desde a *querelle des femmes*, entre os séculos XV e XVIII, a disputa sobre a natureza e o estatuto das mulheres dividia os letados europeus: seriam as mulheres essencialmente frágeis, passionais, incapazes de raciocínio abstrato, ou poderiam reivindicar igualdade de capacidades intelectuais e políticas? Autores como Henricus Cornelius Agrippa de Nettesheim (1486-1535)², no início do século XVI, defenderam a superioridade feminina, enquanto outros, como Jacques Olivier, reafirmavam sua inferioridade. No século XVII, François Poulain de la Barre (1647-1723) afirmaria que “o espírito não tem sexo” (2011, p.99)³, reivindicando igualdade de raciocínio. Esse pano de fundo é fundamental para situar Dupin: sua obra não emerge isolada, mas inscrita nessa longa tradição de debates, que podemos ler hoje como protofeministas (Kelly, 1984, p. 66).

A exclusão das mulheres, no entanto, não se dá apenas no plano temático, mas também no plano do arquivo. Como lembram Hunter e Wilkin (2023, p. 20), o acesso que temos às obras femininas depende frequentemente de mediações masculinas — sejam secretários, copistas, inventariantes ou editores — que selecionam, transcrevem e hierarquizam o que deve permanecer. Dupin sobreviveu graças a Rousseau e a Sénéchal, mas também foi obscurecida por eles. O arquivo é, nesse sentido, um lugar de disputa: ele preserva e, ao mesmo tempo, silencia.

Esse gesto de exclusão tem efeitos de longa duração. Até o final do século XX, Dupin permanecia quase invisível na historiografia filosófica, reduzida ao papel de salonnière ou de patrona das letras (Marty, 2022, p. 41). Apenas com a recuperação sistemática de seus manuscritos — sobretudo a partir do trabalho de Angela Hunter, nos anos 2000, na Universidade Johns Hopkins — é que começamos a ter acesso à densidade conceitual de seus

² Sobre a defesa da superioridade feminina em Agrippa, ver: AGRIPPA, Henricus Cornelius. *De nobilitate et praecellentia foeminei sexus* (1529). Há tradução moderna para o francês, organizada e anotada por Éliane Viennot: *La noblesse et excellence du sexe féminin* (Saint-Étienne: Publications de l’Université de Saint-Étienne, 1990). Para uma contextualização crítica mais ampla, cf. KELLY, Joan. “Early Feminist Theory and the ‘Querelle des Femmes’, 1400-1789.” *Signs*, v. 8, n. 1, 1982, p. 4-28.

³ Para uma leitura aprofundada da obra e das anotações de Poulain de la Barre, veja a edição crítica de Marie-Frédérique Pellegrin, *De l'égalité des deux sexes. De l'éducation des dames. De l'excellence des hommes* (Paris: Presses universitaires de France, 2011). O capítulo 2 de La Vopa oferece uma análise atualizada do contexto intelectual de Poulain e a recepção dessas ideias: *The labor of the mind: intellect and gender in Enlightenment cultures*, Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2017. Em português, há tradução de *Da igualdade entre os dois sexos, discurso físico e moral* por Yasmin Haddad no volume Arqueofeminismo. *Mulheres Filósofas e Filósofos Feministas. Séculos XVII-XVIII* (São Paulo: n-1, 2019). Neste artigo, adoto traduções próprias, baseadas na edição de Pellegrin (ed. 2011).

escritos. Esse resgate insere-se em um movimento mais amplo da crítica feminista à filosofia, que desde os anos 1970⁴ vem denunciando a formação de um cânone exclusivamente masculino, questionando os critérios de consagração e propondo novas leituras do Iluminismo e da modernidade.

Mais do que uma disputa bibliográfica, trata-se de uma operação conceitual: o que está em jogo é a própria definição do que se entende por filosofia e de quem pode ou não participar de sua construção. Resgatar os manuscritos de Dupin e relê-los com atenção à sua estrutura, vocabulário e estratégias é um gesto de reconstrução do arquivo filosófico moderno. É também um modo de reabrir a *querelle* em outros termos: não mais apenas sobre se as mulheres são capazes de filosofia, mas sobre como a filosofia foi constituída a partir da exclusão de sua participação.

É a partir desse horizonte que se examinam aqui: (I) a gênese, a dispersão e a classificação dos manuscritos de Louise Dupin; (II) o papel concreto desempenhado por Jean-Jacques Rousseau como secretário, copista e, por vezes, coautor; e (III) as implicações filosóficas dessa colaboração para pensarmos a diferença sexual e a noção de autoria no Iluminismo.

2. MADAME DUPIN: PROJETO E CONTEXTO

Para além da imagem consagrada da *salonnière*, Louise Dupin concebeu projetos intelectuais ambiciosos, em especial o vasto *Ouvrage sur les femmes* elaborado ao longo de anos em milhares de páginas manuscritas (Hunter, 2009, p. 95; Marty, 2022, p. 2). Esse empreendimento insere-se numa rede densa de relações sociais e políticas que excede a vida de salão: como lembra Frédéric Marty (2022, p. 45), a posição de Dupin na alta aristocracia e na corte garantiu-lhe um lugar estratégico no coração da sociabilidade letrada do século XVIII, e foi esse mesmo espaço que permitiu a Rousseau, durante os anos de secretariado, conviver com os centros mais vivos da cultura francesa. Longe de um mundanismo superficial, esse contexto é condição de circulação intelectual e explica a amplitude das fontes e da crítica formulada por Dupin.

A metáfora que estrutura seu pensamento aparece no *Discours préliminaire*, no qual escreve: “É provável que o acaso tenha lançado as bases, que a ignorância tenha fornecido os

⁴ Sobre o debate inaugurado pelo feminismo acadêmico desde os anos 1970 e sua crítica à formação de um cânone filosófico masculino, ver, além de FRASER; NICHOLSON, *Social Criticism without Philosophy: An Encounter Between Feminism and Postmodernism* (1989), trabalhos como GROSZ, Elizabeth. *Sexual Subversions: Three French Feminists* (Sydney: Allen & Unwin, 1989), e LLOYD, Genevieve. *The Man of Reason: 'Male' and 'Female' in Western Philosophy* (Minneapolis: University of Minnesota Press, 1984). Essas obras problematizam os critérios de consagração e oferecem ferramentas para reler a tradição moderna sob a ótica das exclusões de gênero.

materiais, que o desejo de dominar tenha começado a construir o edifício e que o designio de escapar da injustiça o tenha coroado” (Dupin apud Sénéchal, 1963, p. 211)⁵. Em contraste com o *Discurso do Método* de Descartes (1637), que recorre ao edifício como alegoria para a reconstrução epistemológica, Dupin mobiliza a imagem arquitetônica de modo político: para mostrar que a desigualdade não é lei natural, mas construção histórica, erguida com alicerces contingentes (acaso), materiais precários (ignorância), motores de dominação (vaidade masculina) e coroamento institucional (o artifício de escapar da imputação de injustiça). Como observa Hunter (2009, p. 98), trata-se de um gesto de desnaturalização — o edifício da desigualdade aparece como uma estrutura que se sustenta justamente por parecer inevitável.

Sua crítica incide frontalmente sobre Montesquieu. No fragmento 17 dos manuscritos, Dupin observa: “A Natureza não faz nada em vão, dizem; e porque os homens têm mais força física, concluem que devem dominar. Mas a força não cria direito, e o uso da força não é prova de legitimidade” (Dupin, Ms. Femmes, frag. 17, apud Sénéchal, 1963, p. 219). Em outro fragmento, escreve: “A legislação parece feita não para proteger as mulheres, mas para garantir que elas permaneçam submissas” (Dupin, *Discours préliminaire*, f. 3v, apud Hunter; Wilkin, 2023, p. 20-21). Aqui, o alvo é a leitura moderna do direito romano e a codificação civil, que Montesquieu interpreta em chave de “diferença natural” entre os sexos. Dupin revela o caráter performativo desses discursos jurídicos, que sob a máscara da racionalidade neutra reiteram a exclusão das mulheres da cidadania e do saber (Marty, 2021, p.9). A operação é, como nota Adriana Lastičová (2023, p. 486), de inversão: expor a desigualdade como convenção, e não como destino biológico.

Esse deslocamento aproxima Dupin de Poulain de la Barre, cuja máxima — “o espírito não tem sexo” (2011, p. 99) — ela cita diretamente no *Discurso Preliminar*. Assim como ele, Dupin recusa a redução da diferença entre os sexos a distinções naturais e desloca a discussão da esfera da metafísica para o terreno da justiça. A questão fundamental não é a busca cartesiana pela certeza do conhecimento, mas a indagação sobre como a desigualdade foi construída e naturalizada ao ponto de se tornar lei. Nesse sentido, Dupin não apenas prolonga o gesto de Poulain, mas o reconfigura.

⁵ Como destacam Hunter e Wilkin (2023, p. 1), o título *Discours préliminaire* corresponde, na verdade, a três rascunhos distintos, todos redigidos por Dupin. O trecho citado parece integrar a versão preservada no Harry Ransom Center, designado pelas autoras como “the short PD”. Há ainda um “long PD”, conservado no Musée Jean-Jacques Rousseau, em Montmorency na França, além de um terceiro rascunho sob o mesmo título. A classificação de Sénéchal privilegiou apenas as peças em que a caligrafia de Rousseau era evidente, o que dificulta a reconstituição da gênese desses textos e nem acesso ao texto que o autor usou para fazer essa citação.

Nos fragmentos do *Ouvrage sur les femmes*, o preconceito (*préjugé*) aparece como obstáculo decisivo à reflexão crítica: os homens, escreve ela, “cedem à evidência de sua superioridade porque lhes parece clara e distinta” (Dupin, *Discurso Preliminar curto*, apud Hunter; Wilkin, 2023, p.29). Tal como em Poulain, o preconceito se alimenta de costumes, hábitos e instituições que reiteram, geração após geração, a opinião de que a mulher é naturalmente inferior. Mas Dupin vai além da explicação de Poulain, identificando no preconceito uma motivação mais profunda: a “vaidade masculina”. Em suas palavras, trata-se de uma verdadeira “quimera de superioridade” que leva os homens a verem tudo sob uma ótica deformada, como se uma espécie de icterícia os fizesse perceber amarelo em toda parte (Dupin, *Ms. Femmes*, art. 5, apud Sénéchal, 1963, p. 224).

A crítica é conduzida com ironia mordaz. Nos fragmentos, Dupin mostra como médicos e naturalistas projetam sua própria vaidade sobre os corpos, interpretando ereções como prova da força dos espíritos animais ou celebrando a conformação “viril” das flores (Dupin, *Ms. Femmes*, art. 2 e art. 5). Até mesmo a barba masculina, sinal de virilidade, é tomada como insígnia majestosa — “glória” que, segundo Dupin, intimida até uma cabra ao deparar-se com um bode que a ostenta (Dupin, *Ms. Femmes*, art. 5). Esses exemplos não são simples anedotas: revelam como a vaidade masculina cria ficções autorreferenciais que se legitimam como ciência e filosofia, justificando, assim, a dominação social.

Ao nomear esse princípio, Dupin desloca a crítica de Poulain do campo da psicologia do erro para o da estrutura simbólica. O preconceito não é apenas crença equivocada; é mantido por uma vaidade que organiza as instituições, o saber e o direito. O resultado é a fabricação de um mundo no qual os homens aparecem como sujeitos racionais e universais, enquanto as mulheres são reduzidas à condição de ornamentos, afetos ou ruídos. A desigualdade, portanto, não é derivada de diferenças biológicas, mas é sustentada por uma ficção de grandeza masculina reiterada nos discursos filosóficos e científicos.

Essa genealogia crítica distancia Dupin do moralismo retórico da *querelle des femmes*, com sua alternância entre elogios e invectivas, e a inscreve no centro da filosofia política do século XVIII. Como Rousseau fará em 1755 ao interrogar a origem da desigualdade entre os homens, Dupin investiga os fundamentos históricos e sociais da desigualdade entre os sexos. Mas, diferentemente dele, mostra que essa desigualdade não é adventícia: é anterior, estrutural e fundante. Ao identificar a “vaidade masculina” como motor da hierarquia, Dupin revela o princípio que naturaliza a exclusão e que, ao mesmo tempo, impede o progresso do conhecimento, já que repete e legitima erros em vez de questioná-los criticamente. É nesse

ponto que se abre a transição para a análise da atuação de Rousseau como secretário de Dupin, cuja mediação foi ao mesmo tempo condição de preservação e vetor de apagamento de sua obra.

3. ROUSSEAU SECRETÁRIO: PRÁTICAS MATERIAIS

Como observam Angela Hunter e Rebecca Wilkin (2023, p.3), um dos segredos de Rousseau em suas *Confissões* foi justamente o projeto que o ocupou por quase seis anos, entre 1745 e 1751. Ao referir-se ao trabalho com Madame Dupin, ele dedica-lhe uma única frase, lacônica: “Ela nunca me empregou senão para escrever sob seu ditado, ou para pesquisas de pura erudição” (Rousseau, 1959, p. 341-342, OC I).

Se, por um lado, Rousseau pode ter contribuído para preservar a obra — seja por meio de cópias, fichamentos ou redações assistidas —, por outro, isso se deu ao custo de um apagamento. O silêncio de Rousseau sobre sua participação na *Obra sobre as Mulheres* de Madame Dupin preparou o cenário para a não recepção do manuscrito pelos duzentos anos seguintes (Hunter; Wilkin, 2023, p.8). Embora membros do círculo íntimo de Dupin estivessem cientes do projeto, e outros parecessem ao menos suspeitar de sua existência, ela não publicou nem fez circular o texto em forma de manuscrito. É provável que tenha solicitado discrição a Rousseau, como sugerem Hunter e Wilkin (2023, p. 9).

De qualquer forma, o jovem secretário não demonstrava desejo de ostentar sua participação em um projeto cujo teor fosse a igualdade entre os sexos. Pelo contrário: anos depois, em *Emílio*, Rousseau afirmaria que “sustentar vagamente que os sexos são iguais e que seus deveres são os mesmos é perder-se em declamações vãs” (Rousseau, 1969, p. 740). À primeira vista, poderia parecer apenas uma crítica à tradição retórica da *Querelle des femmes*. No entanto, conhecendo-se o trabalho de Dupin, torna-se difícil não perceber aqui uma referência velada — e talvez até irônica — à própria *Obra sobre as Mulheres*, cujo conteúdo Rousseau conhecia em profundidade e à qual havia contribuído ativamente. O uso do termo “declamações” não é casual: é exatamente essa noção que Dupin buscava superar ao propor um tratamento filosófico e histórico rigoroso da desigualdade entre os sexos, questionando as convenções naturalizadas de sua época. Em seus manuscritos, ela escreve que seria melhor tentar compreender homens e mulheres “sem fazer declamações” (Dupin, Ms. *Femmes*, art. 11, apud Sénéchal, 1963, p. 230), quase como uma réplica antecipada ao julgamento de Rousseau.

É com Rousseau, portanto, que a obra de Dupin ganha materialidade e é com ele também que ela se dissolve na sombra. Como já observara Poulain de la Barre (1673, p. 13),

filósofo que Dupin cita em seus manuscritos, mulheres sábias do passado desapareceram dos registros não por falta de ideias, mas porque “as exigências da etiqueta” as impediam de formar discípulos, fazendo com que todo o seu saber morresse com elas.

Com a ajuda de Rousseau, Dupin teria defendido que a luta das mulheres não era primitiva, nem natural: era histórica, construída, moderna. E Rousseau, por sua vez, ao trabalhar para ela, teve acesso a fontes, estratégias e argumentos que mais tarde empregaria, sem menção, em seus *Discursos*. De fato, Rousseau deixou o serviço dos Dupin no início de 1751, pouco antes da publicação do texto que lhe trouxe reconhecimento público. Ganhava notoriedade ao mesmo tempo em que se distanciava de um manuscrito que jamais reivindicaria como parte de sua trajetória.

Naquele mesmo ano, Dupin abandonou o projeto. Sénéchal (1963, p. 240) relata que em alguns fólios havia ainda areia, usada para secar tinta, como se ela jamais tivesse voltado a essas páginas. Sem Rousseau, o projeto parece ter se tornado inviável. Seriam os serviços de Rousseau tão essenciais, que sem eles não poderia ser completado? Teria ela considerado impossível a publicação? As razões são múltiplas. O comportamento escandaloso de seu filho, já adulto, poderia deslegitimar qualquer argumento que apresentasse sobre a educação, por exemplo. Talvez o fato fosse que publicar como mulher, sobretudo uma obra filosófica sobre as mulheres, era um desafio quase insuperável.

Dupin conhecia bem os riscos: Françoise de Graffigny, Madame de Tencin e Madame de Lambert haviam publicado anonimamente, ou mesmo contra sua vontade. Emilie du Châtelet, para evitar dúvidas quanto à autoria, estruturou seus *Fundamentos da Física* como conselhos a seu filho. Dupin colecionava os prefácios desses livros, guardando recortes com passagens sublinhadas e comentários à margem (Hunter; Wilkin, 2023, p. 8). Ela sabia que, para uma mulher, publicar era entrar em cena sob risco de desonra, mesmo que a cena fosse o salão e o texto, um tratado em defesa das mulheres.

4. CONCLUSÃO: A EXCLUSÃO DAS MULHERES COMO QUESTÃO FILOSÓFICA

Os manuscritos de Madame Dupin não compõem um sistema filosófico acabado, e talvez resida aí sua força mais significativa. Em vez de apresentar um tratado finalizado, eles revelam um pensamento vivo, em movimento, que se constrói no enfrentamento com os textos, na reescrita cuidadosa e na apropriação crítica das fontes. Trata-se de uma filosofia artesanal, feita de cortes, colagens, deslocamentos, que se recusa tanto à rigidez do dogma quanto à passividade do comentário. Nela, os temas clássicos da filosofia — justiça,

moralidade, educação, linguagem, história — são abordados sob a perspectiva de quem pensa a partir da experiência concreta da exclusão.

Essa singularidade se perdeu não apenas por razões externas, como o não cumprimento da publicação ou os riscos sociais envolvidos para uma mulher que escreve sobre as mulheres, mas também pelo modo como a filosofia moderna foi instituída como campo autoral masculino. A própria edição dos manuscritos de Dupin por Sénéchal (1963, p. 178) deixa isso entrever: os textos são divididos em categorias que valorizam a presença de Rousseau e marginalizam os fragmentos exclusivamente atribuídos a Dupin. As páginas escritas por ela, quando não reescritas ou ditadas a Rousseau, foram frequentemente classificadas como “sem valor” ou “desordenadas”. Assim, o arquivo torna-se, ele mesmo, operador do esquecimento, selecionando, hierarquizando, apagando.

O gesto não é isolado. Dupin conhecia bem os dilemas da autoria feminina: colecionava prefácios, recortava críticas e anotava cartas em que autoras expressavam repulsa à publicação de suas ideias sem consentimento (Hunter; Wilkin, 2023, p.9-10). O caso de Madame de Lambert, cujas *Nouvelles réflexions sur les femmes* (1732) foram publicadas sem sua autorização, era conhecido por Dupin, assim como o esforço de Emilie du Châtelet em mascarar sua autoridade filosófica sob o disfarce da maternidade. Publicar era, para uma mulher, não apenas entrar em cena, mas expor-se ao julgamento, à caricatura e à desautorização.

A situação de Dupin se agrava pelo fato de que seu interlocutor mais próximo foi Rousseau, um autor que, embora tenha sido seu copista, editor e colaborador, jamais reconheceu publicamente essa colaboração. Seu silêncio contribuiu para o apagamento de Dupin e, ao mesmo tempo, garantiu-lhe o monopólio de certas ideias. Há traços do *Ouvrage sur les femmes* nos *Discursos*, na crítica à desigualdade civil, na análise da propriedade como condição da liberdade e nas reflexões sobre a relação entre moralidade e história. Mas ali estão já ressignificados, inscritos em outro regime de autoridade, sob outra assinatura (Wilkin, 2021, p.105).

Como nota Wilkin (2021, p. 104), não se trata apenas de um caso de silêncio, mas de “usurpação doce” (*usurpation tout en douceur*): silenciosa, mas eficaz. Esse processo de apagamento não afetou apenas Dupin, mas toda uma linha de pensamento que, com ela, poderia ter se desenvolvido dentro da filosofia moderna. O gesto de Rousseau contribuiu para a exclusão simultânea de Dupin e de Poulain de la Barre do cânone da filosofia política das Luzes. Ao silenciar a colaboração com uma mulher e ao ridicularizar a própria ideia de

igualdade entre os sexos como “declamações vãs” (ROUSSEAU, 1969, p. 740), Rousseau contribuiu para consolidar a separação entre o cânone da filosofia política e um campo de reflexão que problematizava a diferença sexual, separação que se prolongou nos séculos seguintes.

E, no entanto, Dupin continuou escrevendo. Um caderno preservado na biblioteca da Johns Hopkins mistura contas domésticas (vinho, tecidos, queijo) com anotações de leitura filosófica. Entre 1753 e 1759, Dupin registra, já sem Rousseau, novas reflexões. Em 1755, copia trechos do *Discurso sobre a origem da desigualdade* — ironicamente, a obra que marca a ascensão pública de seu ex-secretário. Do texto, Dupin extrai apenas um fragmento da segunda parte: “O hábito de viver juntos fez nascer os sentimentos mais doces que se conhecem entre os homens: o amor conjugal e o amor paternal” (Rousseau, 1964, p. 98). Talvez essa passagem lhe soasse familiar demais; talvez fosse um eco de algo que já estava nos manuscritos anteriores, em suas mãos antes de ser de Rousseau (Wilkin, 2021, p.105).

Concluir com Madame Dupin é também um modo de recomeçar com ela. Sua obra, mesmo incompleta, nos obriga a repensar os critérios pelos quais decidimos o que é ou não filosofia. Obriga-nos a interrogar o valor da autoria, os mecanismos de consagração e o papel do arquivo. Ao reinscrevê-la na história da filosofia, não estamos apenas corrigindo uma omissão histórica, mas questionando o próprio modo como essa história foi construída: quais vozes foram ouvidas? Quais foram silenciadas? O que se perdeu por termos escutado sempre os mesmos nomes?

A filosofia, diz Dupin, não se faz apenas com ideias abstratas, mas com o modo como essas ideias circulam, se materializam e se tornam discurso autorizado. E se ela permanece hoje tão relevante é porque nos obriga a ver que o esquecimento, na história da filosofia, nunca é neutro: ele tem gênero, classe e estilo. Reencontrar Dupin é também reencontrar a possibilidade de uma filosofia feita de outras vozes, de outras mãos e que, por isso mesmo, ainda pode nos ensinar a pensar de outro modo.

REFERÊNCIAS

- DUPIN, Louise-Marie-Madeleine. **Des femmes: observations du préjugé commun sur la différence des sexes**. Edição crítica estabelecida por Frédéric Marty. Paris: Classiques Garnier, 2022. (Bibliothèque du XVIIIe siècle, 58). 546 p. ISBN 978-2-406-13184-7.
- HUNTER, Angela. **The Unfinished Work on Louise Marie-Madeleine Dupin's Unfinished Ouvrage sur les femmes**. *Eighteenth-Century Studies*, v. 43, n. 1, p. 95-111, Fall 2009. DOI: 10.1353/ecs.0.0092.
- HUNTER, Angela; WILKIN, Rebecca. **Louise Dupin: Defending Women, 1750**. Oxford: Voltaire Foundation, 2023.

- LA VOPA, Anthony J. **The labor of the mind: intellect and gender in Enlightenment cultures**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2017.
- POULAIN DE LA BARRE, François. **De l'égalité des deux sexes. De l'éducation des dames. De l'excellence des hommes**. Édition présentée et annotée par Marie-Frédérique Pellegrin. Paris: Vrin, 2011.
- POULAIN DE LA BARRE, François. Da igualdade entre os dois sexos, discurso físico e moral. In: ROVERE, Maxime (org.). **Arqueofeminismo. Mulheres filósofas e filósofos feministas. Séculos XVII–XVIII**. Tradução de Yasmin Haddad. São Paulo: n-1 edições, 2019.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Confessions**. In: *Œuvres complètes*. Paris: Gallimard, 1959. v. I.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discours sur l'origine et les fondements de l'inégalité parmi les hommes**. In: *Œuvres complètes*. Paris: Gallimard, 1964. v. III.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Émile ou de l'éducation**. In: *Œuvres complètes*. Paris: Gallimard, 1969. v. IV.
- SÉNÉCHAL, Anicet. **Jean-Jacques Rousseau, secrétaire de Madame Dupin: inventaire des papiers de Madame Dupin conservés à la Bibliothèque de Neuchâtel**. Paris: Presses Universitaires de France, 1963.
- WILKIN, Rebecca. ‘Réformez vos contrats!’: From the Marriage Contract to the Social Contract in Louise Dupin and Jean-Jacques Rousseau. **Early Modern French Studies**, v. 43, n. 1, p. 88-105, 2021. DOI: 10.1080/20563035.2021.1924010.